

RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.728 - SC (2016/0197027-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : MC JU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADOS : MARCO ALEXANDRE SOARES SILVA - SC017420
ISOCLEY BOSSIE OUTRO(S) - SC018086
SAMUEL GAERTNER EBERHARDT - SP270762
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO SAT/RAT. DECRETO 3.048/1999, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO 6.957/2009. REENQUADRAMENTO. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO NO LEVANTAMENTO DOS DADOS ESTATÍSTICOS E SUAS CONCLUSÕES. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1.069):

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO SAT/RAT. LEI Nº 10.666/03. CONSTITUCIONALIDADE. DECRETO Nº 3.048/99, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 6.957/09. AUSÊNCIA DE AFRONTA À LEGALIDADE. REENQUADRAMENTO. AUMENTO DO GRAU DE RISCO CONDIZENTE COM O AUMENTO DO NÚMERO DE ACIDENTES. RAZOABILIDADE DEMONSTRADA.

1. A Corte Especial deste Tribunal reconheceu a constitucionalidade da contribuição destinada ao SAT/RAT, prevista no art. 10 da Lei nº 10.666, de 08-05-2003, na sessão realizada em 25-10-2012, rejeitando, por maioria, a Arguição de Inconstitucionalidade na AC nº 5007417-47.2012.404.0000.

2. A regulamentação da metodologia do FAP, através dos Decretos nº 6.042/07 e 6.957/09 e das Resoluções MPS/CNPS nº 1.308/09, 1.309/09 e 1.316/10, não implica afronta ao princípio da legalidade (art. 150, inc. I, da CF), já que as disposições essenciais à cobrança da contribuição se encontram delineadas nas Leis nº 8.212/91 e 10.666/03.

3. Esta Turma tem, excepcionalmente, admitido a procedência de pedidos em que reste configurada a irrazoabilidade da elevação de alíquota em função do reenquadramento do grau de risco da empresa interessada, quando o número de acidentes da sua atividade preponderante teve redução no período relevante, segundo dados estatísticos divulgados pelo próprio Ministério da Previdência Social (AC nº 5000919- 34.2015.4.04.7111, Rel. Des. Federal Rômulo Pizzolatti, sessão de 15-09-2015).

4. No caso dos autos, não restou demonstrada a irrazoabilidade do reenquadramento. Segundo os dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Previdência Social, não houve redução do número de acidentes com relação à atividade econômica preponderante da empresa; pelo contrário, houve significativo aumento no período de 2007 a 2009, não tendo a impetrante, por prova pré-constituída, infirmado tais dados.

5. Apelação a que se nega provimento. Manutenção da sentença por fundamentos diversos.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito do alcance dos arts. 22, § 3º, e 80, VII, da Lei 8.212/1991, 2º, X, e 50, *caput* e § 1º, da Lei 9.784/1999.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 22, § 3º, e 80, VII, da Lei 8.212/1991, 2º, X, e 50, *caput* e § 1º, da Lei 9.784/1999, sob o argumento de que o Decreto 6.957/2009 majorou indevidamente a alíquota SAT/RAT, pois as estatísticas nas quais se ampara foram obtidas por método inadequado, e a conclusão dos estudos é falha.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 1.146.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 1.166-1.174, opinando pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Sob esse enfoque, afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

De outro lado verifica-se que o Tribunal de origem, a partir da análise de dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Previdência Social, concluiu que houve um aumento no número de acidentes relativos à atividade empresarial desempenhada pela recorrente, fato que não foi infirmado nos autos, consoante se extrai do seguinte excerto do voto condutor do acórdão *a quo* (fl. 1.067):

[...]

Contudo, este não é o caso da parte impetrante. Como por ela declinado e confirmado pelas GFIPs juntadas com a inicial (Ev. 01, OUT3), sua atividade preponderante enquadra-se na CNAE 1412. Segundo os dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Previdência Social, não houve redução do número de acidentes naquela atividade econômica, pelo contrário, houve significativo aumento no período de 2007 a 2009, a saber: 6.859 acidentes em 2007, 9.282 acidentes em 2008 e 9.312 acidentes em 2009. (Fonte: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeat-2009-anuario-estatistico-de-acidentes-do-trabalho-2009-secao-i/anuario-estatistico-de-acidentes-do-trabalho-2009-secao-i-subsecao-a/anuario-estatistico-de-acidentes-do-trabalho-2009-secao-i-subsecao-a-tabelas/>).

E esses dados não foram infirmados, por prova pré-constituída, como seria de rigor, pela recorrente.

[...]

A leitura das razões do apelo especial, por seu turno, evidencia o intento da recorrente em rediscutir fatos e provas, haja vista questionar a veracidade das informações divulgadas nos Anuários do referido Ministério, bem como sustentar a

incorreção dos estudos realizados. A propósito, confira-se (fls. 1.128-1.129):

[...]

52. Data venia, a empresa entende que esse posicionamento está equivocado porque o anuário estatístico não serve ao fim utilizado pelo v. acórdão. Pela tese desenvolvida, não é a empresa que teria de provar que os dados do anuário estatístico estão incorretos (pois, repita-se, estes Anuários não se prestam a tal finalidade), sendo necessário, isso sim, que a fazenda demonstrasse que os dados estatísticos específicos foram disponibilizados a tempo e modo, tal como exige a legislação acima citada.

[...]

53. Realmente, é necessário que os dados fornecidos pela Administração permitam ao contribuinte identificar as razões para fixação da alíquota de seu interesse em determinado patamar, correlacionando os custos gerados especificamente pelo setor em que atua. Afinal, deve ser tributado na medida em que onera os cofres públicos. Tal obrigação se justifica até mesmo para que, em sendo o caso, o particular possa apresentar o seu inconformismo perante os Órgãos competentes.

54. A título de esclarecimento, os Anuários Estatísticos publicados pelo INSS (fls.) não são suficientes para a finalidade adotada pelo v. acórdão recorrido por motivos muito simples, a saber:

(a) correlacionam os CNAEs apenas ao número absoluto de acidentes. Ou seja, sem individualização da gravidade e dos custos correspondentes. Trata-se de número vazio, pois um acidente grave, com pensão por morte, p. ex., é muito mais oneroso que múltiplos leves que geraram rápidos afastamentos sem despesas posteriores. Dito de outra forma, é possível que, a despeito do número absoluto de acidentes, a despesa que o ramo de atividade gera ao INSS tenha diminuído; e

(b) não individualizam os acidentes pelos subgrupos do CNAE. No caso da contribuinte, há três subclasses, sendo que para duas delas houve aumento da alíquota de 2% para 3%, e para uma foi mantida a alíquota de 2%.

55. Realmente, soa no mínimo estranho alegar o Anuário (docs. anexos) em prejuízo dos interesses dos particulares, inclusive porque em muitos casos ele próprio se contradiz. Para o CNAE 2869, p. ex., para o ano de 2008 foram apurados 2.520 acidentes, retraindo para 1.869 no exercício de 2009, com diminuição contínua desde então, até alcançar o menor patamar em 2013, na casa dos 1.635 eventos. Mas a despeito disso, a alíquota do tributo foi aumentada pelo Decreto nº 6.957/2009 de 2% para 3%.

56. Outro exemplo gira em torno do CNAE 2941. Para este setor, os acidentes apurados no ano de 2008 foram 1.672, com diminuição para 1.267 no exercício de 2009. E na contramão disso, a alíquota do SAT/RAT foi majorada de 2% para 3%.

[...]

Ocorre, porém, que eventual conclusão pela existência de erro no cálculo dos índices estatísticos ou pela não observância aos requisitos legais não pode ser alcançada em recurso especial, por depender do reexame de fatos e provas, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DE

CUSTEIO DO SEGURO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO - SAT. ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS POR MEIO DE DECRETO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ERRO NO CÁLCULO DOS ÍNDICES ESTATÍSTICOS OU NÃO OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS LEGAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. É eminentemente constitucional a controvérsia sobre a constitucionalidade da alteração, por meio de atos normativos infralegais, das alíquotas da contribuição de custeio do seguro contra acidentes do trabalho.

2. Eventual conclusão pela existência de erro no cálculo dos índices estatísticos ou pela não observância aos requisitos legais não pode ser alcançada em recurso especial, por depender do reexame de fatos e provas (Súmula 7 do STJ).

3. O arbitramento da verba honorária de sucumbência deve obediência à legislação vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação.

4. Atribuído o valor de R\$ 50.000,00 à causa e não havendo as hipóteses do § 8º do art. 85 do CPC/2015, não se releva exorbitante a verba honorária de 10% sobre o valor atualizado da causa, conclusão que só poderia ser alterada mediante reexame fático-probatório, providência inadequada em recurso especial (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno não provido (AgInt nos EDcl no REsp 1.661.507/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 25/3/2019).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO SAT/RAT. DECRETO 3.048/1999, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO 6.957/2009. REENQUADRAMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSTATOU O AUMENTO DO NÚMERO DE ACIDENTES. ALTERAÇÃO DA ALÍQUOTA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.

1. O acolhimento da pretensão recursal quanto ao alegado cerceamento de defesa, com a possível ofensa ao art. 369 do CPC/2015 e a aferição acerca da necessidade de produção de prova, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inadmissível na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. A Corte de origem, no enfrentamento da matéria, concluiu que "não há falar em irrazoabilidade do reenquadramento operado em 2010, pelo Decreto 6.957/2009, no que toca à CNAE 1412, considerando-se os dados estatísticos oficiais do período relevante, de modo que não restou comprovado o direito da autora de permanecer recolhendo o SAT pela alíquota anterior de 1% (risco leve)" (fl. 267, e-STJ).

3. Rever as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido requer revolvimento do conjunto fático-probatório, visto que a instância a quo utilizou elementos contidos nos autos para alcançá-las. Incide a Súmula 7/STJ.

4. Ademais, ambas as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que a discussão sobre a alteração de alíquota da Contribuição ao SAT/RAT, em função do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), por norma constante de ato infralegal (Decreto

6.957/2009), é estritamente de natureza constitucional, entendimento esse reforçado pela circunstância de o Plenário do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a repercussão geral do tema, nos autos do RE 684.261/RS (Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 1.7.2013).

5. Recurso Especial não conhecido (REsp 1.725.215/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/11/2018).

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

